



BRAGA, Lucelma Silva, **A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.** 2019. 443 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1980-1996): OBSTÁCULOS, DILEMAS E LIÇÕES À LUZ DA HISTÓRIA

Antonio Gonçalves Nunes Neto¹
Universidade Tuiuti do Paraná
(antoniosemedi@gmail.com)

Esta obra, *A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história*, tese defendida em 23 de agosto de 2019, organizada em três capítulos, num total de 443 páginas, resultado de pesquisa em nível de Doutorado em Educação, realizada por Lucelma Silva Braga, sob orientação do Prof^o. Dr. Dermeval Saviani.

Lucelma Silva Braga possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2000), mestrado (2005) e doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Atualmente, é docente da Universidade Federal do Maranhão e integrante do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/ GT-MA). Tem experiência na área de Educação em geral, com ênfase em Educação Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: hegemonia, trabalho docente, política educacional, história da educação e história das lutas em defesa da educação pública no Brasil.²

A pesquisa teve como objeto de investigação a luta em defesa da educação pública brasileira, tendo em sua historicidade o caminho traçado por Braga (2019), para retratar seu marco temporal definido a partir do final da década de 1970. Porém, a autora indica que as lutas por mudanças estruturais no campo educacional apresentaram situações mais impactantes no final dos anos de 1950, devido aos dilemas da revolução burguesa no Brasil.

A luta em defesa da educação pública é entendida neste trabalho como as ações teórico-práticas de organização e mobilização de setores da sociedade civil comprometidos com a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social, para o enfrentamento dos impactos das políticas liberais e neoliberais do Estado brasileiro, em seus diversos âmbitos e nas diferentes etapas de ensino (BRAGA, 2019, p. 24).

Neste cenário, a relevância da pesquisa decorre da criação de entidades acadêmico-científicas, associativas e profissionais que surgiram e se desenvolveram

¹ Mestre no Ensino das Ciências Ambientais (UFPR), Doutorando em Educação (Universidade Tuiuti do Paraná). Membro do Grupo de Estudo NUPECAMP-Pr. Professor dos Anos Iniciais.

² Dados extraídos do Currículo Lattes da referida autora.



contra e sob a ditadura empresarial-militar, que potencializaram as lutas educacionais em termos políticos e organizativos, elevando-as a um nível de expansão.

Para o desenvolvimento da tese, a autora se debruçou em fontes bibliográficas e documentais do movimento de educadores e as apresentou como apoio Teórico ao Materialismo Histórico, explicitando, assim, suas categorias elaboradas para a pesquisa.

No primeiro capítulo, *A luta pela educação no Brasil (1957-1984)*, Braga apresenta a educação na particularidade do capitalismo brasileiro, destacando possíveis motivos que levaram o Brasil a não consolidar a universalização da educação escolar e a erradicação do analfabetismo, já em um cenário pertencente ao século XXI.

Ainda neste capítulo, a autora ressalta ao leitor três frentes de luta: a universalização da educação escolar, a superação do analfabetismo e a reforma da universidade. Logo, permitindo pintar uma tela, a qual explora o período estabelecido em sua tese.

No segundo capítulo, *A ditadura do grande capital e a contrarrevolução*, Braga apresenta as etapas de reorganização do campo educacional, o qual se deu diante da instalação de entidades acadêmico-científicas, profissionais e sindicais, resultando conseqüentemente, na realização das Conferências Brasileiras de Educação.

Neste contexto, as Conferências Brasileiras de Educação são tratadas pela autora através das especificidades expressas pelos fatores históricos ocorridos e indica os pontos de recuo e avanços nos períodos de 1980 e início dos anos 1990.

No terceiro capítulo, *A luta pela educação pública na Constituinte e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1986-1996)*, Braga discute o movimento de luta pela educação pública realizada pelo Fórum no âmbito das audiências públicas na Constituinte ao longo do processo de tramitação do projeto de Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e explicita os fatores que se impuseram aos sujeitos políticos coletivos reunidos em seu meio.

O Fórum surgiu como uma alternativa aos desafios daquele momento histórico, que exigia uma articulação mais permanente para a atuação que seria desencadeada no âmbito do Congresso Nacional em favor da Constituinte (BRAGA, 2019, p. 26).

Entre os pontos levantados na conclusão, a autora aponta que os desafios educacionais na busca pela consolidação da escola pública, gratuita, laica, universal e de qualidade unitária em nosso país, permanecem atuais.

Com a afirmação de Braga, onde indica alguns obstáculos, a autora os classifica como os dilemas educacionais brasileiros, pois relata em sua tese que é fundamental compreender o pano de fundo econômico, político e ideológico que se vivia.

Conforme Oliveira (2009, p. 53):



Desde os anos de 1940 e mais acentuadamente nos anos de 1960, já no contexto do regime militar, o Brasil passou a contar mais ostensivamente com financiamento externo dos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), para programas e ações educacionais. Vários acordos foram realizados para financiar reformas, tanto na educação básica, quanto na educação superior, quase sempre de acordo com os interesses e condicionalidades dos organismos multilaterais.

Neste bojo, Braga explana sobre o período histórico brasileiro (1950 a 1960), do qual o Brasil passava por etapas decisivas do atrasado e longo processo de universalização da educação escolar básica, a superação do analfabetismo e a reforma da universidade brasileira, resultando, por conseguinte, na centralidade da burguesia como classe social dominante.

Deslumbrando o período acima, a autora explicita a importância dos movimentos sociais, partidários, os sindicatos, as entidades etc., na busca da introdução e da consolidação dos temas relacionados às reformas estruturais, os quais lutaram por espaços nas discussões políticas e na distribuição das riquezas material e cultural.

É nesse contexto que ocorre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 4.024, aprovada em 1961, no governo de João Goulart, representando, dessa maneira, um avanço no que concerne à Educação Nacional, pois é a primeira lei que abrangeu todos os níveis do ensino.

[...] a fase de chegada à versão final correspondeu ao momento em que a discussão das questões educacionais extravasou do seu âmbito específico para empolgar a opinião pública em geral. Entram em cena, como já se disse, os “partidos ideológicos”. A igreja mobiliza todos os seus quadros na defesa de determinada posição que consultava os interesses privatistas. A imprensa mobiliza-se, posicionando-se alguns órgãos a favor da escola privada e outros a favor da escola pública (SAVIANI, 2006, p.42).

Em 1971, mediante regime militar houve a introdução de uma outra versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob a Lei n.º 5 692, a qual vigorou até a promulgação da LDB – Lei 9 394/1996.

A efetivação da LDB, sob a tutela do Estado, respondeu aos interesses econômicos e políticos das diferentes conjunturas ocorridas no país. A primeira lei oficializada foi a 4.024/61, refletida nas relações estabelecidas entre os modelos agrário-exportador e urbano industrial, atendendo aos imperativos do sistema capitalista, abriu as possibilidades de concretização de um modelo educacional. A segunda lei, 5.692/71, foi estruturada a partir da internacionalização da economia brasileira configurando o ensino técnico como essencial para o desenvolvimento das relações de trabalho implementadas pelo capital no Brasil. O Estado desenvolvimentista assumiu toda a estruturação educacional para favorecimento do mercado. E, a terceira e atual lei, a 9.394/96, reorientou a política educacional para o atendimento à reestruturação produtiva sob as bases neoliberais, a partir do discurso de mais democrática (SANTOS, 2020, p. 25).



Neste sentido, Braga destaca as lutas educacionais no cenário pós-LDB, indicando o espaço do Fórum em organizar e realizar, entre 1996 e 2004, os cinco Congressos Nacionais de Educação, os quais contaram com a elaboração nos dois primeiros congressos do Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira e a luta pela aprovação do projeto durante sua tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Como destaca Braga (2019, p. 402)

A luta desencadeada ao longo da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira se deu em um cenário de disputa no qual foram vitoriosas as forças conservadoras, culminando em um texto final que expressava as definições legais das reformas neoliberais que foram sendo implementadas mesmo antes de a LDB ser aprovada e promulgada.

Os debates problematizados no discorrer do estudo sinalizam a grande influência de grupos políticos e dos setores ligados aos cunhos religiosos das mais variadas denominações em defesa das instituições de ensino privado, as quais reivindicavam direitos em receber recursos públicos.

Portanto, além de possibilitar o entendimento dos aspectos históricos da organização educacional proposto em sua pesquisa, a tese apresenta dados e temas relevantes que contribuem para o debate das políticas educacionais nos dias atuais, como a Escola sem Partido, *Homeschooling*³, Política Nacional de Alfabetização que ressurge com o Sistema Fônico, Plano Nacional de Educação e suas metas.

Por fim, observa-se a importância da tese para os estudos relacionados a introdução das políticas educacionais brasileiras, sobretudo, por apresentar um grande arcabouço teórico, que nos permite relacionar as etapas em que foram se constituindo as relações de força até os dias atuais. Nesta esteira, recomenda-se a leitura do livro *A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história*, construído a partir desta tese, com vistas para que possamos continuar a interrogar e debater as políticas educacionais em nosso país.

³ É um dos métodos do ensino doméstico ou ensino domiciliar, que nega a instituição escolar e coloca a própria criança como agente diretivo do aprendizado, escolhendo o que estudar, quando estudar e até mesmo se quer estudar (ALEXANDRE, 2016, p. 4).



Referências

ALEXANDRE, Manoel Moraes de Oliveira Neto. **Quem tem medo do homeschooling?** o fenômeno no Brasil e no mundo. Brasília: Câmara do Deputados, Consultoria Legislativa, 2016. 22p. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30982. Acesso em: 10/12/21 às 11h24min.

BRAGA, Lucelma Silva. **Currículo do Sistema Currículo Lattes**. [Brasília], 11 jun. 2021. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4359082350161960>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de (org.) [et.al.]. **Educação e Currículo: Por que as Reformas Curriculares Tem fracassado no Brasil?** In: Dourado, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A Lei de diretrizes e bases da educação - LDB como estratégia do estado para a acumulação capitalista e suas reconfigurações na produção desigual do espaço**. 2020, 329 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe- São Cristóvão, SE, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Recebido em: 04/11/2021

Aprovado em: 15/12/2021